

**Ata de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei do Executivo nº 2707, de 15 de junho de 2021 - Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências**

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, reuniram-se em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí, sob a presidência da vereadora Priscila Tramontini Spacil, os vereadores Maria Cavalheiro Revelante, Gildo de Oliveira Brandão, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva e José Jair Borges; a Sra. Maria de Fátima Aravites, Secretária Municipal da Administração; Débora Vanessa da Silva Maas, Contadora da Prefeitura Municipal; Marijara Petter Guimarães e Silva, Assessora Contábil; Diogo Pellenz, membro da Comissão do Plano Plurianual; Josenia Camillo e Elisângela Rabuske, representando a Secretaria Municipal da Educação; Luciana Kaciava e Angélica Pinto, representando o Conselho Tutelar; Tânia Treviso, representando a Emater; bem como servidores da Câmara Municipal, para discutir o Projeto de Lei do Executivo nº 2707, de 15 de junho de 2021 - Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências. A Presidente declarou aberta a Audiência Pública e solicitou à secretária Cleres que fizesse a leitura do Projeto de Lei. Na sequência, a Presidente solicitou que a Contadora da Prefeitura Municipal explanasse o Projeto que dispõe sobre o Plano Plurianual. Débora falou sobre a Comissão do PPA (Plano Plurianual), esclareceu dúvidas dos presentes, explicou o Plano Plurianual contempla programas em um período de quatro anos e que o detalhamento da destinação dos valores será objeto de discussão nas próximas peças orçamentárias, quais sejam, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O vereador José Jair questionou sobre a abertura de créditos extraordinários e perguntou sobre a destinação dos valores oriundos do ICMS. Tânia Treviso destacou a importância de investimentos na Agricultura. A vereadora Priscila perguntou sobre ações destinadas ao Saneamento Básico. Débora comentou sobre a inclusão de indicadores, destacou que o Plano Plurianual deve ser avaliado anualmente e falou da importância do Legislativo fiscalizar a execução dos programas e ações. Nada

mais havendo a se tratar, às vinte horas, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: